

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.692 - PB  
(2018/0210514-0)**

**RELATOR** : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
**AGRAVANTE** : ESTADO DA PARAÍBA  
**PROCURADOR** : SÉRGIO ROBERTO FELIX LIMA E OUTRO(S) - PE029242  
**AGRAVADO** : SINDICATO DOS REVENDADORES DE COMBUSTÍVEIS E  
DERIVADOS DE PETRÓLEO DE CAMPINA GRANDE E  
INTERIOR DA PARAÍBA  
**ADVOGADO** : ANDRÉ LUIS MACEDO PEREIRA DA COSTA E OUTRO(S) -  
PB013313

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO. SINDICATO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM OS CUSTOS JUDICIAIS. ABERTURA DE PRAZO PARA RECOLHIMENTO DO PREPARO. PRECEDENTE.**

1. É cediço nesta Corte que mesmo os Sindicatos, entidades sem fins lucrativos, devem comprovar impossibilidade de arcar com os custos da ação para fins de deferimento da gratuidade de justiça. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.493.210/PB, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/05/2018.

2. A despeito do exposto acima, a jurisprudência do STJ, mesmo na égide do CPC/1973, está orientada no sentido de que "[...] não cabe a declaração imediata da deserção por falta de recolhimento do preparo, pois, caso o benefício da assistência judiciária seja deferido, há autorização judicial que supre a ausência do recolhimento do preparo; caso o pedido seja negado, deve-se abrir à parte oportunidade para regularizar o preparo". (AgRg no REsp 1.245.981/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 2/10/2012, DJe 15/10/2012). Portanto, devem os autos retornarem à origem para oportunização de recolhimento do preparo ao sindicato ora recorrente.

3. Agravo interno do Estado da Paraíba não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente), Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

